



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**ATA DA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA**

----- Aos dezanove dias do mês de agosto, do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, teve lugar a 5ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1 – Discussão e votação da Proposta de Resolução fundamentada para a providência cautelar que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, Unidade Orgânica 1, sob o Processo 680/15.2BECVR.**-----

----- Pelas vinte e uma horas e dez minutos deu início e presidiu a esta sessão o Sr. Presidente da Assembleia **Francisco Manuel Guedes Vitorino**, sendo secretariado pelas Senhoras Secretárias **Cristina Paula Fernandes da Cruz** e **Maria Uília Ferreira da Rocha Ferrão**. -----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

----- Francisco Manuel Guedes Vitorino – PS; -----

----- José Carlos Raposo Marques Vidal – PS; -----

----- Jorge Miguel Santos Melo – PS; -----

----- António Manuel Fernandes Martins – CDS-PP; -----

----- Carlos Alberto Batista Guerra – PS; -----

----- João Carlos da Fonseca Coelho - PSD; -----

----- Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS; -----

----- Cristina Paula Fernandes da Cruz – PS; -----

----- Hilário Manuel Ferreira do Santos – PSD; -----

----- Manuel Augusto de Almeida Farias – PS; -----

----- Paulo Jorge de Almeida Pereira – CDS; -----

----- Abílio Ferreira Gomes da Silva - PS; -----

----- Francisco Manuel Camossa abrunhosa Simões – CDU; -----

----- António Jorge Pereira de Oliveira – PS; -----

----- Tiago Mendes dos Santos e Gomes Lavoura – PSD; -----

----- Casimiro Agnelo Oliveira Pinto - PS; -----

----- Paulo Manuel Matos Soares – PSD; -----

----- Maria Uília Ferreira da Rocha Ferrão - PS; -----

----- **Compareceram igualmente à Sessão Extraordinária, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia (PJF):** -----

----- Albano Marques Abrantes – PJF de Aguada de Cima; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PJ da União das Freguesias de Águeda e Borralha; -----

----- Marco Aurélio da Cunha e Santos – em representação do PJ da União de Freguesias de Barrô e Aguada de Cima; -----

----- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PJ da União das Freguesias de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----

----- Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PJF de Fermentelos; -----

----- José da conceição Ferreira em representação do PJF de Macinhata do Vouga; -----

----- António Jorge Henriques Nunes – em representação do PJ da União das Freguesias de Préstimo e Macieira; -----

----- Manuel Marques Campos – em representação do presidente da União de Freguesias de Recardães e Espinhel. -----

----- Mário Ramos Martins – PJ da União das Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira; ----

----- Carlos Alberto Carneiro Pereira – em representação do PJF de Valongo do Vouga. ---

----- **O Executivo da Câmara Municipal encontrava-se representado pelos Vereadores:** -----

----- Gil Nadais Resende da Fonseca – PS – Presidente; -----

----- Jorge Henriques Fernandes de Almeida – PS – Vereador; -----

----- Elsa Margarida de Melo Corga – PS – Vereadora; -----

----- João Carlos Gomes Clemente – PS – Vereador -----

----- Maria Paula da Graça Cardoso – PSD – Vereadora; -----

----- Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS – Vereador; -----

----- **JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS** -----

----- Foram verificadas as justificações de falta dos seguintes membros: -----

----- Alberto José Fernandes Marques, que seria substituído por Brito Salvador, que não podendo também estar presente seria substituído por Ricardo Figueiredo Da Cruz; Marlene Domingues Gaio, que foi substituído por João Carlos Coelho; Carla Eliana Tavares que será substituída por Jorge Miguel Santos Melo, que por esse motivo o Presidente da Mesa convidou a Deputada Maria Utília Ferreira da Rocha Ferrão a desempenhar as funções de segunda secretária durante a sessão de hoje; Marlene Sofia Oliveira que seria substituída por Maria de Fátima Sampaio e Silva; Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques, PJF de Macinhata do Vouga, que se fez substituir por José da Conceição Ferreira; Wilson José de Oliveira Dias Gaio, PJF de Barrô e Aguada de Baixo, que foi substituído por Marco Santos; Pedro António Machado Vidal, PJUF de Préstimo e Macieira de Alcôba que foi substituído por António Jorge Henriques Nunes; PJF de Valongo do Vouga, José Henrique Vidal Martins



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que foi substituído por Carlos Alberto Pereira; PFUF Recardães e Espinhel, que foi substituído por Manuel Marques Campos. -----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** dá início à sessão, cumprimentando a todos os presentes e aqueles que recorrem às novas tecnologias para acompanhar a sessão, referindo a importância da pontualidade no início das sessões. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não foram feitas intervenções do público. -----

----- ORDEM DE TRABALHOS -----

----- **1 – Discussão e votação da Proposta de Resolução fundamentada para a providência cautelar que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, Unidade Orgânica 1, sob o Processo 680/15.2BECVR.** -----

----- Foi aberto um período de intervenções sobre o assunto em discussão, onde intervieram os seguintes membros Deputados da Assembleia Municipal, as quais foram transcritas na íntegra: -----

----- **Francisco Manuel Camossa Abrunhosa Simões** – CDU: -----

----- “Não sei se chame a isto uma intervenção surrealista numa Assembleia Municipal de Águeda ou uma intervenção numa Assembleia Municipal Surrealista em Águeda. No entanto vou proceder à intervenção. -----

----- Na passada sexta-feira dia 14 de agosto, quase no início do telejornal, vejo e ouço os comentários do Secretário-geral do PS, António Costa, proferidos no Festival da Sardinha em Portimão. Estava por essa altura a rever alguns documentos e a iniciar a preparação da minha intervenção para proferir hoje nesta assembleia. Tinha pedido e recebido, apesar do momento de férias em que nos encontramos, alguns documentos adicionais que incluíam informações preciosas. Refiro para começar, e por exemplo, a informação que punha por terra um dos argumentos mais utilizados pelos defensores da municipalização. Aquela que dizia ser a descentralização e a ligação profunda ao meio envolvente um fator primordial por aportar mais-valias a todo o processo educativo. Vejo agora que o contrato de Matosinhos, centro urbano do grande Porto com 175 mil habitantes e 175 mil quilómetros quadrados, é uma cópia a papel químico do contrato de Sousel, pequeno concelho alentejano, com 5 mil habitantes e 18 quilómetros quadrados. Penosa e débil é também a argumentação do executivo, a ameaça do caos educativo em Águeda se não aprovarmos hoje o ponto único desta ordem de trabalhos. O que aliás mostra uma coerência absoluta ao longo de todo o processo, que como todos sabemos foi pautado pelo secretismo e pela mentira. -----

----- Disse acima que, quando ouvi António Costa no Algarve, estava a preparar a minha intervenção para esta assembleia. Nunca ouvi com tanta atenção as palavras do Secretário-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

geral do PS, pois ao ouvi-las, senti que não seria necessário voltar a martelar nos argumentos que anteriormente usei e que no essencial eram por ele confirmados. O óbvio facilita tudo, pelo menos as mentes libertas e descomplexadas. António Costa afirma literalmente, “A grande ameaça que a coligação da direita apresenta, pois nesta legislatura a coligação concentrou-se na privatização das empresas, e aposta para a nova legislatura no ataque aos serviços públicos, a começar pela privatização da Segurança Social mas também da escola pública e da Saúde. A Segurança Social, o serviço Nacional de Saúde e a Escola Pública, são garantias fundamentais não só do nosso modelo de sociedade mas também garantias fundamentais do dia-a-dia dos portugueses. Nós não seríamos o país que somos hoje se não tivéssemos a Segurança Social Pública, a Escola Pública e o Serviço Nacional de Saúde, e neste momento em que é tão importante reconstruirmos a confiança no futuro, em que é preciso dar esperança aos ajustes económicos, dar esperança aos portugueses e para termos um futuro em que podemos encarar com otimismo e confiança, temos de mobilizar todas as nossas energias para recuperar estes quatro anos de retrocesso. Esta ameaça sobre os serviços públicos é muito inquietante.” Aqui termino o que foi dito por António Costa. É pena que não tenha referido o que aconteceu em Águeda e na Mealhada, onde os executivos municipais, ambos socialistas, tenham feito tudo para contrariar este discurso. -----

----- Que partido socialista é este que desconhece a prática antidemocrática e anti-25 de Abril realizada no nosso distrito por duas câmaras municipais da sua cor. Ou será que só desfralda bandeiras da esquerda quando está atolado até aos joelhos! E no meio das contradições e indecisões de quem não tem ideologia nem projeto político. Há uns meses atrás aqui mesmo e discutindo esta mesma temática, que continuo a referenciar como municipalização da educação, discordei de forma veemente da opinião expressa pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, que afirmou na altura que a discussão que estávamos a ter não tinha nada de ideológico. Manifestei de imediato a minha estupefação pelo facto do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda, da minha terra, eleito pelo partido socialista, ter afirmado algo que significa em minha opinião, o desconhecimento total das bases mais rudimentares teoria política que devem formar pelo menos qualquer Presidente de Junta de Freguesia. Disse eu ainda que os partidos políticos se formaram tendo como semente a necessidade que os cidadãos sentiram de tomar partido por causas subjetivas que se prendem com os interesses das classes que defendem. A não ser assim, esses apenas defendem interesses de grupos que propiciam os famosos “jobs for the boys” e a corrupção que todos nós conhecemos claramente pela generalização do caos, dos casos que brotam como cogumelos que atravessam transversal e longitudinalmente as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

organizações políticas designadas por partidos de barco governativo, ou seja, o PS, o PSD e o CDS-PP. -----

----- Vem tudo isto a propósito da realização de mais uma Assembleia Municipal Extraordinária, para discutir um tema gasto, sem sentido, mal preparado pelos promotores, anti democrático, onde a discussão democrática foi deixada de lado e onde a escola e os professores manifestaram maioritariamente o seu repúdio. Os argumentos políticos foram já colocados em anteriores assembleias municipais e foram rebatidos pelo executivo com argumentos débeis e sem sentido. Movem-me hoje três objetivos, que considero de extrema importância, que pela sua essência quer pela justeza da causa. Eles são: inviabilizar este ataque à escola pública, à democracia e ao 25 de Abril; Lutar para que esta Assembleia Municipal, o órgão mais representativo do poder local democrático no nosso concelho, não possa ser comparado a um bilhar de matraquilhos onde duas pessoas manipulam com quatro mãos, os membros desta assembleia que são, homens e mulheres inteligentes, críticos e sensíveis, e não bonecos de alumínio fundido sem movimento próprio, sem sensibilidade e sem alma. -----

----- Finalmente afirmo que o Partido Socialista provou uma vez mais que apregoa chavões que me nada se coadunam com a sua prática e que em Águeda ou em qualquer outro ponto do país, os interesses de alguns prevalecem sobre os interesses do povo e do país. Têm hoje, nas suas mãos os meus colegas socialistas, nesta assembleia municipal, a possibilidade e principalmente a responsabilidade de repor princípios de Abril em Águeda e de evitar que devaneios deste tipo funcionam como rampas de lançamento em privatizações da escola pública, da segurança social e da saúde.” -----

----- **José Marques Vidal – PS:** -----

----- “Se bem percebi, esta interrupção do período de férias tem a ver com uma medida judicial que suspende, se não houver resposta em contrário, a aplicação do contrato que foi feito com o Ministério da Educação na transferência de competências para o município e consequentemente da aprovação de um contrato. Como nós tínhamos alertado, o contrato estava imbuído em várias ilegalidades e irregularidades, algumas serão aduzidas por juristas nesta questão, e isso são questões jurídicas que eu pelo menos não domino, algumas alertei, como fundamentalmente aquelas que tinham a ver com a retirada de competências a determinado tipo de órgãos que não pertenciam ao ministério da educação e que depois transfere para o município sem o poder fazer, portanto sem revogar as medidas anteriores que colocaram nos órgãos, por exemplo Conselho Geral e outros, e por esta questão jurídica já por si era grave e foi alertado, porque isto era um processo que devia ter sido maturado, que deveria ter uma discussão, deveria ter um aprofundamento e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

deveria fundamentalmente implicar as pessoas. -----
----- Também aqui foi dito e já o discutimos em várias assembleias, que há aqui, nestes projetos pilotos, não de descentralização como já disse, simplesmente uma simples delegação de competências e de responsabilidades mas se houver lucros, que seja para os dois. O que é ridículo, já aqui também o disse, é como é que se assina um contrato que diz que se houver lucros não são para o projeto, mas é para o outro que só empresta. Estamos na questão dos credores e dos mercados, mercados emprestam, vão buscar os lucros sem nada fazerem, sem nada implicarem, portanto estamos nessa situação. E estamos numa questão que é ideológica. -----
----- Falámos também da credibilidade de um governo que durante 4 anos, e aí coerentemente, seguiu um apolítica ideológica de acabar com os serviços, acabar com o Estado Social, acabar com a organização do estado, criar um novo sistema, do chamado estado mínimo, da privatização de tudo o que possa dar lucro e quando não dá lucro, assumir os seus custos para que possa dar lucro para poder ser privatizado. Tivemos ainda agora mais um exemplo disso, nesta questão dos CTT, que por acaso até davam lucro e que o estado acaba de financiar com 9 milhões de euros para fazer um serviço que até já podia ter sido feito antes quando aquilo era público. Mas isto é ideologia e no campo da ideologia todas elas são permitidas, são discussões filosóficas que depois têm consequências nas vidas das pessoas. E não há umas mais válidas que as outras. Não há as da esquerda que são mais válidas que a da direita nem as da direita são mais válidas que as da esquerda. Numas, provavelmente, as pessoas das políticas liberais de direita terão razão, como noutras as pessoas que defendem as políticas sociais de esquerda terão razão. Não há valores absolutos, há no entanto princípios ideológicos absolutos. Quando se defende que, por princípio ideológico, todo o privado gere melhor que o público, estamos a criar barreiras que não existem. O privado gere de uma determinada maneira, o público de uma outra maneira diferenciada, portanto não é comparável. São situações não comparáveis, as questões são não comparáveis. E quando se entra num processo como este da municipalização em que no protocolo, já por si abria a porta a uma quantidade de situações que mais tarde podem ser aproveitadas ou não para privatização de serviços públicos, para gestão privada no âmbito dos serviços públicos, quando a gestão privada tem um pressuposto, que é o lucro. A gestão pública tem um pressuposto que é o serviço e o investimento nesse serviço. Quando se junta uma visão de lucro com uma visão de investimento, que são coisas diferentes porque a despesa não é despesa, é investimento num serviço. Se juntam estas duas coisas elas não batem certo. E pelo que eu ouvi, e li nos jornais e no facebook, nas informações que me chegam, já começou a haver problemas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

com a gestão deste processo de municipalização nomeadamente agora com uma alteração que estavam a pressupor de acabar com o terceiro ciclo na escola Fernando Caldeira. A ideia em si é lógica, já foi levantada não é de agora, levantei-a eu há 6 anos, e há 5 e há 4, nos últimos 3 anos não levantei porque não estive lá. Levantei-o porque é lógica, levantei-o aqui nesta assembleia, disse-o aqui nesta assembleia, portanto está gravado. Situações em que eu falei disso e da lógica de não ter o 3º ciclo. Mas para fazer isso é preciso saber, não a um mês do arranque do ano letivo nem é a 4 ou 5 meses do final de uma legislatura. O erro é o mesmo do governo. Não se alteram situações na educação de forma radical, como se fosse uma empresa onde hoje produzimos 10 tijolos, amanhã vamos produzir 12, introduzimos a máquina X e despedimos 10 pessoas. Na educação e no princípio do serviço público não há despedimentos sem justa causa, não há despedimentos sem ações fundamentadas, não se pode jogar com a vida das pessoas e dos funcionários e de toda a comunidade só por rentabilidade. Só para que dê lucro e que 50 por cento seja pra mim e 50 seja pro outro (visão do ministério que não é a visão da nossa câmara). Agora a ideia que ressalta dessa situação, é que tudo isto começou ao contrário, essas ideias têm de ser discutidas, têm de ser maturadas, têm de ser envolvidas nos agentes educativos e depois irem pra frente com a aceitação dos mesmos. É a diferença entre o serviço público e o serviço privado. -----

----- No serviço público é uma condição envolver as pessoas na resolução dos problemas, no serviço privado o que conta é que houve um aumento em quatro anos de 73 por cento de ordenados mínimos em Portugal, isso é o que conta para o serviço privado. Houve um aumento em quatro anos de 73 por cento de ordenados mínimos, isto é, acabar com ordenados mais altos, pô-los mais baixos, contratar mais barato, rentabilizar mais, por despedidos, e as pessoas agradecem porque se não tinham 200 euros, agradecem porque agora já têm 200 euros. Isso é o ensino privado. O serviço público e a gestão pública numa câmara municipal, logicamente que não é isso, tenta implicar sempre as pessoas nas mudanças que vai realizar, tenta explica-las, tenta levar a água ao seu moinho, até à decisão com o máximo de discussão que não houve neste assunto. -----

----- Vamos agora aos fundamentos que nos são pedidos, para a solução dada pelo ministério, para resolver a situação, é que se considere isto de interesse público e aqui o interesse público vê-se quando os prejuízos da intervenção eventual deste processo que começou em 28 de julho, portanto os prejuízos de dezanove dias, sejam superiores aos prejuízos da suspensão da mesma, e portanto continuarmos com o sistema antigo. É isso que nos pede aqui a câmara e foi isso que o executivo aprovou. -----

----- Da proposta do executivo, não se vê nada de objetivo que prove o interesse público da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

medida. Pressupõe-se “que”, há probabilidade “de”, e que vai afetar “o”. Meus senhores o que nós sabemos é que a municipalização afeta todos. Cria divergências, já aqui vimos isso, cria os ensinos privados, cria até mais reforços para o ensino privado, soube agora que houve mais um reforço em Setembro. Já era pouco... foi mais um reforzozinho para os ensinos privados! E portanto que se pode abrir escolas em todo o lado para competir com as públicas, pode-se mudar tudo, pode-se até estar a pagar a publica e a privada ao mesmo tempo, isto é a ideologia. -----

----- O que é que interessa para definir isto, interessa que a paragem destes 20 dias, se paramos este contrato, se haverá aulas no dia 21 de setembro. Não está aqui escrito que não há. Portanto se há aulas no dia 21 de setembro, não tenho problemas nenhuns com isso. Se no dia 21 de setembro há professores, nenhuma destas medidas, a ser suspenso contrato, implica que não haja professores nesse dia. Até fala aqui em planificação de aulas, logicamente que não tem o mínimo de senso comum, não há nada em termos administrativos que melhore ou piore a planificação das aulas. As planificações estão feitas independentemente de serem feitas com um contrato ou com outro. Portanto isto aqui até deve ter sido um engano de quem redigiu isto ou que pegou e fez um *copy/paste* e colocou esta da planificação e aulas como se fosse necessária. A planificação de aulas existe independentemente de ser a câmara ou o ministério. Os professores são competentes, os professores trabalham muito, até em tempo de férias e eu acredito que vão ter tudo pronto nesse aspeto. -----

----- Fala-se aqui depois em AEC's. Não há prejuízo nenhum para as AEC's. Falando em relação às AEC's, aí sim é um ponto que a câmara com este processo, a câmara, logicamente que os agrupamentos, podia investir. Transformar toda essa política das AEC's, que mais não consta que um somatório de aulas dadas um bocado de forma aleatória e diferenciada pelos diversos núcleos e até explorada de forma diferenciada pelos diversos núcleos em termos económicos e pedagógicos, fazendo com que não haja o mínimo de coerência nem que se saiba o que se está a fazer. -----

----- Falo na minha área, na minha área há pessoas que dão aulas de educação física nas AEC's e que seguem programas, não são orientações, são programas. Na minha área, nas AEC's deviam acabar com isso tudo, se tivessem lido o texto. (acho que é uma coisa boa e é um desafio que faço à Sra. Vereadora) Que consiga convidar o Presidente da Faculdade da Motricidade Humana, uma das melhores da Europa, especialista em desenvolvimento infantil, Professor Carlos Neto, que colocou um texto esta semana no *facebook*, “Estamos a criar totós”, e isso é que era a preocupação de uma câmara quando falamos de AEC's. quando falamos de 1º ciclo e municipalização, é a preocupação duma câmara quando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

falamos me intervalos de aulas que são iguais há 20 anos, quando falamos em disposição em matérias, em conteúdos em formas e em formação de professores. Estamos a criar totós no 1º ciclo e vamos continuar a criar totós a brincar às AEC's se não aproveitarmos as AEC's como espaço de liberdade das crianças, estamos a falar do 1º ciclo, não estamos a falar mais tarde, onde eu vejo dar inglês, não é brincar ao inglês, é dar inglês, onde vejo dar aulas de educação física, não é desenvolver atividades físicas é dar aulas de educação física! Onde eu vejo dar desporto, não é atividades dos miúdos, desenvolverem-se, brincar uns com os outros, não, é desporto. Isso aí é que é mais uma situação em que para se fazer isso, não pode ser de um momento para o outro, tem de ser estudado e tem de ser apostado e tem de haver formação, e portanto aí uma das situações. -----

----- SASE, não há problemas com o SASE; transportes escolares, não há problema com os transportes escolares; a única coisa que vejo aqui é na questão da transmissão, não sei se já foi assinado, se já está efetivo ou não, na transmissão dos edifícios para a posse da Câmara Municipal e da manutenção desses edifícios, de alguns como é o caso das secundárias. -----

----- Em nenhuma das outras situações aqui postas, e eu gostaria que o executivo me esclareça se assim o entender, são razão para que seja considerado uma coisa essencial e ser muito prejudicial para o processo. Em nenhuma das outras situações, todas elas decorrem dentro da normalidade. -----

----- Há aqui um ponto importante, que é salários. Gostaria de saber, que me fosse informado, se a suspensão deste processo hoje põe em causa os salários dos funcionários da autarquia. Era só isso que queria saber, nesta, julgo que seja a minha primeira intervenção.” -----

----- **Hilário Santos – PSD:** -----

----- “Fomos hoje aqui chamados, pelos vistos com algum caráter de urgência, a providência cautelar entreposta pelo Sindicato dos Professores da Região Centro contra o processo da descentralização de competências no âmbito da educação que nós aderimos já há algum tempo. Pensava que efetivamente o assunto hoje ia ser mais rápido porque pensava que toda esta componente já estava discutida mas afinal não. -----

----- Primeira nota, como diz o Francisco Abrunhosa Simões e o José Vidal, isto é uma matéria de caráter político e o que nós estivemos a discutir até hoje foram matérias de caráter político e como diz o José Vidal, há pessoas que pensam de uma maneira, há pessoas que pensam de outra, há políticas de direita, há políticas de esquerda, há as liberais e as menos liberais, podemos aceitar ou não mas no âmbito da discussão democrática temos de saber aceitar estas mesmas decisões. Mas hoje não fomos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

chamados para discutir esta questão política porque esta questão política começou a ser discutida tarde, em novembro do ano passado neste município ao nível político nesta assembleia municipal, teve depois uma decisão a 17 de abril (salvo erro) e teve depois uma confirmação a 25 de junho. Portanto em vários momentos tivemos discussão, tivemos vários de nós aqui presentes com vários secretários de estado inclusivamente. Em vários momentos discutimos este assunto aqui e nunca foi um assunto que fosse decidido por unanimidade, cada um de nós, uns mais à esquerda outros mais à direita, uns mais por convicção outros mais por sentimento, dividiu-nos muito isto. Mas, tomamos uma decisão política. Acontece que na esquerda isto funciona muito, quando se perdem as decisões políticas da democracia, utilizam-se os tribunais para se tentar, por via dos tribunais, aquilo que não se conseguiu por via da discussão democrática, nalguma esquerda. E é isso que hoje estamos aqui basicamente a discutir. Portanto, a primeira nota sobre o que estamos a discutir é ao que nos trouxe aqui. Basicamente, haviam aqui algumas dúvidas sobre esta descentralização de competências porque havia e há muito boa gente que acha que não deve haver descentralização destas competências na área da educação, que se devem manter juntas do estado e que não devem ser transmitidas nem sequer ao próprio município, não devem ser passadas. -----

----- Tem graça que o que hoje vamos aqui discutir é um dos fundamentos para ser entreposto um processo junto do tribunal e pelo sindicato dos professores tem a ver com o facto de não ser uma descentralização de competências mas ser, não uma transferência com disse o José Vidal, mas ser sim uma delegação de competências. Qual diferença? É que se fosse mesmo uma descentralização, entregavam-se as competências ao município e acabou, era do município, já não podiam mais voltar a tê-las. Neste caso o estado não disse isso, “nós entregamos as competências mas se vocês estiverem a agir mal, se elas não estiverem a ser bem tratadas por vocês, nós voltamos a agarrá-las”. Portanto o estado continua a ser detentor destas competências. Só as entrega por um período de 4 anos, penso eu, só as entrega por este período. Quer dizer, aquele medo que se tinha do estado entregar competências ao município e o estado lavar dali as suas mãos, afinal o estado não o fez, simplesmente delegou, e é por via dessa delegação que depois viemos contestar dizendo que ela não está prevista na lei. Mas eu não vou discutir lei aqui porque eu não tenho conhecimentos nessa área. -----

----- Acredito, quer o município quer o Ministério da Educação terão feito o seu melhor nisso e se efetivamente andaram ao arrepio da lei, haverá tribunais para julgarem esse facto. Eu simplesmente discuto aqui, questões de natureza política. Sou sensível ao que lá vem, não sobre isso de delegação de competências mas sobre a questão do corpo docente, embora o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

corpo docente fique realmente debaixo da tutela do Ministério da Educação, o facto de o município ter decisão sobre componentes pedagógicas, sobre turmas, sobre um conjunto de outras situações, de alguma maneira de forma indireta tem também relação com o próprio corpo docente, sou sensível aos argumentos que lá estão mas é preciso saber ultrapassá-los. Sou sensível ao argumento que lá vem da componente pedagógica, antigamente as escolas tinham contratos de autonomia, pelos vistos tinham liberdade para definirem alguma componente pedagógica própria. Elas agora não o podem definir sozinhas, têm que definir em conjunto com o próprio município, mas tem uma coisa, podem vetar componente própria definida pelo próprio município. Obrigada a trabalhar mais em conjunto. Eu sou sensível a esses problemas mas eu acho que nós em termos de Águeda, ultrapassamos já essa discussão do ponto de vista político. Eu concordo com muito do que diz aqui o José Vidal sobre as AEC's, sobre o 3º ciclo, é uma discussão longa já em Águeda, mas isso é um debate de educação, não tem a ver exatamente com o que estamos a discutir. -----

----- Já não concordo muito quando se fazem algumas apreciações, eu gosto de levar sempre uma linha reta, fui muito critico e sou muito crítico do Sr. Presidente da Câmara em muitas situações, até faço aqui um desafio ao Sr. Presidente da Assembleia para agendar um assunto para lhe darmos alguma tarefa, olhe porque não aqui o Centro de Artes e Espetáculos, que já está outra vez na moda. Mas nesta área eu continuo a confiar no Sr. Presidente da Câmara. Não são minhas as palavras, são do Partido Socialista local que quando se iniciou esta discussão, disse que este Presidente de Câmara estava muito bem preparado para esta área, que depois no futuro não saberíamos quem viria a seguir, e eu estou-me a lembrar das palavras do Partido Socialista. Não posso aceitar neste momento que me venham aqui dizer que para fazer as alterações do 3º ciclo da Fernando Caldeira é preciso saber fazer. É quase como dizer ao Sr. Presidente da Câmara "você não sabe". Eu não vou por esse caminho mas concordo consigo José Vidal, quando diz e muito bem que isto tem de ser preparado com tempo, estas mudanças, e eu também estou de acordo. Aquilo que se falou aí pelos jornais, pelos vistos, eu também não sei se é verdade se é mentira, essa tentativa/possibilidade de se terminar com o 3º ciclo na Fernando Caldeira, que tinham várias componentes que poderiam afetar essa decisão, também me parecia a mim extemporâneo porque além dos professores, além dos alunos há também os pais que têm que saber organizar a sua vida. Muitas vezes organizar a nossa vida em termos de emprego e de escola não é muito fácil na nossa vida privada. -----

-----Mas Sr. Presidente, aproveito este momento para fazer uma reflexão diferente, que é: nós aderimos a este contrato, eu não lhe vou perguntar hoje mas vou-lhe perguntar na próxima assembleia de setembro, que será provavelmente depois do dia 21 de setembro,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

dia do início das aulas, nós não aderimos a este contrato para fazer tudo igual ao que estava, nós aderimos a este contrato porque queremos fazer coisas novas e diferentes para melhor. Este processo não se iniciou há 19 dias como diz o José Vidal, há 19 dias foi quando foram assinados os contratos e publicados, já se iniciou há muito tempo. O Sr. Presidente e a sua equipa tiveram muito tempo para trabalhar nisto, penso que estão a trabalhar nisto e o que eu lhe vou perguntar, não é hoje é na assembleia de setembro, é o que é que efetivamente neste primeiro ano letivo nós já temos de diferente para melhor por via deste contrato da municipalização. Digo isto porque um dos assuntos que foi levantado em determinado momento, foi questionado também por mim porque é que vamos já nesta primeira leva, nestes primeiros municípios, neste primeiro contrato. O Sr. Presidente disse, “eu preciso de tempo para fazer o meu projeto, nós precisamos de tempo, senão perderemos um ano e podemos perder o comboio”, isto é sinal de que o Presidente tem e está imbuído a trabalhar nisto com efeitos imediatos, não é com efeitos daqui a um ano. Este é o desafio que lhe lanço, não para hoje mas para a próxima assembleia, porque estamos na preparação ainda do ano, que nos diga na realidade o que é que o município de Águeda e os seus alunos já estão a ganhar por via deste contrato. Quanto à declaração de interesse público, pois evidentemente eu votarei favoravelmente na linha dos votos que fiz em todo este processo.” -----

----- **Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – Presidente da União de Freguesias Águeda e Borralha:** -----

----- “Começaria por dizer que tudo o que eu tinha a dizer acerca da municipalização, acerca da transferência/delegação de competências já tudo foi dito e teve o seu tempo e teve e o seu espaço. E conforme o Hilário Santos disse e muito bem, foram por três vezes, incluindo a vinda de dois Secretários de Estado aqui onde todos exprimimos os nossos argumentos e a política é feita de tempos e de momentos e os tempos da política acabam com votações e as votações foram claras e inequívocas em Águeda. O executivo municipal decidiu por maioria absoluta, por unanimidade e a Assembleia Municipal, com votos a favor do PSD, do CDS e de alguns (poucos) votos do PS, também votou favoravelmente ao contrato de descentralização aproximar mais. Portanto este não é o espaço nem o momento para discutirmos as virtudes ou as maldades de todo este processo, de todo não vale a pena discutirmos isso porque isso já foi discutido. -----

----- Aqui vimos discutir uma outra coisa que é decidirmos aqui no seguimento de um documento elaborado pela Câmara Municipal e penso que pelo Ministério da Educação de decidirmos do superior interesse público em se dar continuidade a este processo, e aí parece-me que em democracia quando de ganha, ganha e quando se perde, perde-se. E



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

dizia o Hilário Santos que a esquerda alguma esquerda por isso me ri arranja sempre formas de quando perde tentar levar a sua avante. Ora eu analisei os documentos e penso que alguma direita e algum poder em Águeda, também num sentido pouco democrático, quer levar avante a sua esgrimindo aqui um argumento que me parece inadequado, despropositado e a utilização destas figuras jurídicas que devem ter algum peso e por isso o termo de “superior interesse público”. Não é propriamente uma palavra qualquer ou uma expressão qualquer. Não se pode banalizar porque nós queremos que a nossa vontade vá avante. -----

----- Sabem que eu ouvi dizer que as providências cautelares não são aceites assim com tanta facilidade quanto isso. Para ser aceite por um juiz, uma providência cautelar tem de ter alguma bondade jurídica, tem de lá ter algum conteúdo que o juiz após apreciar lhe dê algum provimento e lhe dê alguma validade. O que é importante no interesse público da educação, é só um, não há mais nenhum, tudo o resto são *faits divers* da política, é se no dia 21 há aulas ou não há, em Águeda. Se no dia 21 de setembro os meninos têm aulas, se os professores estão devidamente colocados para as dar e se as famílias têm a garantia de que podem seguir a sua vida normal, entregando os meninos na escola sabendo a quem os entregam e para o que é que os entregam e se eles estão a aprender. E se este pressuposto aqui me for garantido que não estará posto em prática no dia 21, aí então o superior interesse público está em causa. É preciso é garantirem que dia 21 de setembro, caso não se dê continuidade a isto, não há aulas, que as famílias entram em pânico porque não sabem para onde é que vão levar os meninos, que os professores não estão colocados porque o processo de colocação de professores é posto em causa, que os funcionários não se podem deslocar pra escola porque não estão colocados. -----

----- Ora se tudo aquilo que é importante e fundamental, que é, professores a dar aulas, funcionários a zelarem por tudo que tem de ser zelado, os menino nas aulas e os pais descansados a gerirem a sua vida e irem para os seus trabalhos, não sei que raio de interesse público é que aqui está posto em causa. A utilização desta expressão penso que irá banalizar algo que é importante e que deverá ser usado quando há valores e valores mais altos e os valores mais altos são sempre o do interesse público, são postos em causa o que não me parece. -----

----- Entretanto eu li no site do governo de Portugal algo que diz o seguinte: “O projeto piloto de delegação de competências da educação vai incluir 13 municípios das várias regiões do país. Este processo reforça a autonomia das escolas e dos agrupamentos de escolas e nesse sentido é um projeto que teve adesão de uma forma muito consciente e empenhada das escolas representadas destes municípios. – afirmou o ministro da comunicação e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

ciência Nuno Crato. O ministro adjunto do desenvolvimento regional, Miguel Poiães Maduro, salientou que a proximidade permite uma maior adequação das políticas de serviços públicos às diferentes necessidades e realidades do território e permite uma responsabilização mais direta e uma resposta também mais imediata na resolução dos problemas que se colocam aos serviços públicos envolvidos. O projeto piloto “Aproximar” vai envolver de imediato os municípios de Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Crato, Matosinhos, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Sousel, Vila de Rei e Vila Nova de Famalicão. O ministro referiu que apesar de ser experiência piloto envolve já dez por cento da população, dez por cento dos estudantes, dez por cento das turmas. O que significa que tem uma dimensão suficiente para ser um projeto que se multiplique e de cujo resultado se podem tirar ilações em relação ao conjunto do país.” -----

----- Depois fui tentar perceber o que quer dizer projeto piloto e num dicionário diz o seguinte: “Projeto experimental em que se analisam diversos aspetos de algo dentro de um determinado prazo para posteriormente sua implantação definitiva ou não.” Ora sendo isto um projeto piloto que ainda nem sequer começou, porque afinal, como dizia o Hilário Santos, após muitos meses de discussão, que depois parece que a discussão não foi assim tão clarividente, como disse o Eng. Abrunhosa Simões, parece que andava tudo escondido e que nem tudo era dito, se apenas À 19 ou 20 dias, como disse o José Marques Vidal e muito bem, é que foi assinado o projeto. Como é que uma coisa que não existe, como é que uma coisa que é para ser experimentada, já pode ter interesse público antes de o ser quando serve exatamente par aferirmos, após o período dos quatro anos de execução nestes municípios, aí sim meus senhores, aí sim nós iremos analisar o interesse público que tem e da sua adaptabilidade ao restante país se caso disso for, nas aferições que se fizerem e na validade que pode ter este projeto ou não. A questão é que uma certa direita e uma certa linha de orientação política que graça por este país, quer levar avante sempre a sua ideia nem que para isso use algo que é inadequado. -----

----- O Sr. Ministro da Educação disse que dez por cento dos alunos, dez por cento da população, dez por cento das escolas do país estavam a inserir e a investir neste projeto piloto. Se nós em contraposição analisarmos isto, se se aprovar aqui o superior interesse público destes dez por cento, então estaremos aqui a criar um problema inconstitucional porque os outros noventa por cento está-lhes a ser negada a possibilidade de entrar nesta coisa de grande interesse público. Eu não consigo ver de outra maneira. O superior interesse publico não pode ser usado desta forma. Sr. Presidente da Câmara, no dia 21 se este projeto não avançar, em Águeda não há aulas? O Sr. pode garantir que em Águeda não há aulas? Ou será que esta Assembleia Municipal, mais a situação que o José Marques



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Vidal aqui falou, parece, eu não me acredito que seja verdade, que na escola Fernando Caldeira no Agrupamento de Escolas de Águeda, não será isso que está a pôr em causa a confiança das pessoas, não será isso com todas as alegações que vêm neste texto, a querer colocar medo para que a gente aqui seja encostado entre a espada e a parede e mais uma vez tenha que dizer que sim a algo que não podemos sequer dizer que sim porque não é minimamente adequado. Porque o interesse público é de facto a abertura do ano letivo e nada mais, tudo o resto são argumentos políticos de quem é a favor ou de quem é contra. Esse já foi o tempo, porque se a gente vem aqui para validar aquilo que o executivo acha e entende que é o superior interesse público, poderíamos ter combinado todos, assinávamos um papel em branco, eu escusava de ter vindo hoje de férias pra cima para vir a esta assembleia extraordinária e a câmara aferia a intensidade do superior interesse público.” -----

----- **Francisco Manuel Camossa Abrunhosa Simões** – CDU: -----

----- “Isto realmente é muito complicado e é um bocado difícil depois de uma intervenção que eu penso que tem alguma substância, aparecem aqui uma série de intervenções sem conteúdo nenhum, longas, chatas e que nos cortam a possibilidade de responder pontualmente. Eu vou pedir mais adiante nesta assembleia que o direito de resposta possa ser exercido, isto é terrível. Estamos numa frigideira com azeite a ferver. -----

----- Desculpem-me, eu sou um cidadão absolutamente normal! Nunca tive ideias de ser um super! O que ouvi aqui foram desgraças umas atrás das outras! Não ouvi nada com conteúdo mas vou começar! -----

----- Entendo perfeitamente que o PSD e o membro desta Assembleia que o representou e que teve uma intervenção, Hilário Santos, tenha o discurso que tem, porque o PSD ... Eu não ataquei o PSD, o PSD tem a sua, eu ataquei o PS, porque o PS não sabe o que é. É a Maria de Belém, é Sampaio da Nóvoa? O que é o PS? É Gil Nadais? O que é o PS? Eles não entenderam! Fizeram que não entenderam! Estiveram aqui com um discurso, a rolar, a rolar, a rolar, e não disseram absolutamente nada! -----

----- Mas o Sr. Deputado Hilário Santos precisa de uma informação! É quando nós lutamos por causas agarramo-nos a todos os pontos possíveis para as defender! Isto não é tao marginal como pensa! A lei está ao nosso lado! Este processo foi um processo que aqui foi dito pelo Presidente da Câmara do PS que isto não viabiliza, não queria privatizar a Educação. O secretário-geral do PS hoje diz que o objetivo do próximo ano é privatizar a Educação, a Saúde e a Segurança Social. Nós não podemos estar aqui a agarrados a pequenos detalhes formalismos legais, nós estamos aqui a discutir política profunda! Isto poem em causa, na minha opinião, os princípios básicos do 25 de Abril, da primeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

República em que defendia a escola pública! Isto para mim é muito sério! Isto para mim não é uma brincadeira, não estou agarrado aqui a coisinhas miúdas! Eu poderia dizer tanta coisa, tanta coisa, que me ocorreu quando estava ali sentado, mas com estes discursos macilentos, chatos, sem conteúdo, que não rebateram da parte do PS uma única palavra que eu disse, eu fiquei tão incomodado! E já não sou um jovem com trinta anos e a memória já não é o que era, estou sozinho nesta Assembleia, não tenho alguém ao lado para me anotar isso, eu tenho dificuldade por isso é que eu disse que precisava de me recorrer de uma alguma estratégia! -----

----- Isto é pena que as pessoas não perceberam! O PS, o PSD está no seu direito. Claro que o PSD defende, esquece que há Universidades Privadas e estamos a falar de Ensino Privado que dão duas licenciaturas ao mesmo tempo. Que nenhuma delas tem qualidade mas são duas! Qualquer dia à meia dúzia é mais barato! E andamos nós aqui a sustentar isto! Isto é uma desgraça perfeita e todos vocês, desculpem-me, todos vocês estão a assumir hoje e eu digo aqui, alto e bom som, a responsabilidade do ato e do vosso voto! Hoje era a última oportunidade que tinham de por isto por terra e o PS que se cuide, porque não diga que da Esquerda que nós não queremos coligar-nos com ninguém! Nós não queremos é... Nós temos princípios, temos... O meu partido tem cem anos de história e de luta! Não tem tipos na prisão, não tem corruptos, o meu partido defende causas, não defende interesses! -----

----- Pensem nisso, pensem nisso! Temos eleições próximas, pensem nisso! -----

----- Muito obrigado!" -----

----- **Manuel Augusto de Almeida Farias – PS:** -----

----- “Pois, também não me pareceu muito correto as referências do nosso colega Hilário. Relativamente a alguma Esquerda. Eu direi que alguma Direita tem certo horror a algumas instituições, sobretudo às instituições da democracia. Nos casos os tribunais são dispensáveis para julgar, até mesmo sem culpa, contendo-se logo. Noutros casos porque a culpa já prescreveu embora se aceite, os tribunais já não fazem falta, exemplos na Direita. Em muitas certas Direitas não falta! -----

----- Penso que a ética é transversal em si mesma, há quem se sirva da Direita para atingir interesses e há quem se sirva da Esquerda para atingir interesses, e a ética não é propriamente uma prerrogativa ou uma propriedade de qualquer força partidária, ou de qualquer movimento. Está com quem a conserva como valor. -----

----- Eu reconheço que neste caso, hoje esta aqui em discussão uma matéria sobre a qual eu tenho convicções de natureza ideológica. Penso que este processo tem algumas incompatibilidades constitucionais. Todos nós aqui presentes somos massacrados com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

impostos. Eu começo a partir de agora, de meados de Agosto, começo a trabalhar para ter algum rendimento, por até aqui estive a trabalhar para pagar impostos. Cerca de 65% do que eu produzo é-me retirado em impostos e a constituição refere obrigações de uma organização do nosso Estado que tem o Governo como Executivo, que tem o Poder Legislativo no Parlamento, poder Judicial independente para controlar, nomeadamente, o Tribunal Constitucional e não é um recurso para causas desesperadas, é o funcionamento normal das instituições. -----

----- Esta é uma matéria que me dizia que a mim me deixa revoltado que o Estado não assuma por inteiro as suas responsabilidades em matéria de Educação, em matéria de Saúde Pública, em matéria de Segurança Social, entre outras, e que não sei onde este processo poderá levar a aproximação à Sociedade Civil e às forças de Sociedade Civil como partes interessadas e intervenientes no sistema de ensino é algo que eu, até por vocação e por formação profissional só posso aplaudir. Nas componentes em que descarta a responsabilidade pública, seja ao nível do investimento, seja ao nível da estratégia, seja ao nível da programação, considerando os desígnios nacionais que poderão ser em ciclos de quatro anos submetidos a sufrágio e redinamizados com programas do governo. Mas, o nosso país carece, e todos nós reconhecemos isso, carece que sejam traçados desígnios de longo e de muito longo prazo. -----

----- A educação tem sido um campo permanente de experiências, é uma área do estado organizado excessivamente importante para ser entregue a economicismos. Através da educação nós não formamos apenas profissionais, nós formamos cidadãos com a sua consciência em que o coletivo deve sempre sobrepor-se ao individual. Poderão pensar: "Olha aqui está a ideologia presente!" Pois está. Mas a história toda da humanidade e da civilização e de toda a evolução e todas as épocas que passaram trouxe-nos exatamente até aqui, trouxe-nos até à supremacia do interesse coletivo sobre o individual. Um sistema que integre, que eduque, que envolva as nossas crianças e os nossos jovens e os adultos, eu sinto-me em idade escolar, eu não deixei ainda de me continuar a formar, eu ainda tenho expectativas de vir, por exemplo, a abraçar uma licenciatura na área das humanidades depois de acabar a minha carreira técnica. Portanto acho que os adultos devem ser integrados também neste processo porque está em causa o equilíbrio social, está em causa a intergeracionalidade, o interclassismo, tal como está na segurança social também está no sistema de educação. E nós sabemos, nós vemos, nós assistimos que o atual governo aproveitou as circunstâncias duma intervenção de resgate financeiro para ajustar contas com o 25 de Abril, para ajustar contas com os valores, com as conquistas, para ajustar contas com a constituição portuguesa. Não é por acaso que detém, de longe, o record



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

provavelmente mundial de pareceres dum tribunal constitucional em matéria de inconstitucionalidades das suas decisões, das suas propostas e das suas tentativas forçadas de levar pra frente esta luta contra os valores que vieram e contra toda a dinâmica que envolveu a sociedade portuguesa para modernizar e dar progresso a este país a partir da revolução de Abril de 74. Esta matéria pra mim é de facto uma matéria sensível, é uma matéria ideológica mas nós não podemos entrar aqui e deixar a ideologia à porta porque senão não entramos nós, entram robôs. Contudo, reconheço também que a ordem de trabalhos desta assembleia é uma ordem de trabalhos específica e que não se destina a ressuscitar uma discussão que já existiu e que não pode ser encerrada, a discussão não está terminada, não é esta, não é a de hoje, mas a discussão deste assunto, o nosso envolvimento... porque eu acredito que a dinâmica do município é muito superior, é muito mais bem faceja para a nossa sociedade do que aquela que o governo que temos tido nos últimos anos em Portugal. Eu acredito que existe bondade e que existe possibilidades de recuperar alguns aspetos que têm sido diminuídos. Eu acredito que o executivo do meu concelho possa diminuir o número de alunos por turma, que possa criar condições para que os especialistas e técnicos da educação possam exercer melhor, possam empregar melhor as suas capacidades ao serviço do futuro deste país no que respeita a educação. Tal como fiz em matéria de discussão porque acredito que o meu concelho pode fazer melhor do que neste momento está a fazer o país. -----

----- Eu vou-me abster também, hoje, nesta matéria.” -----

----- **Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – Presidente de Junta da União de Freguesias Águeda e Borralha:** -----

----- “Em política há outra coisa que quem é político, faz. Vem sempre responder aos desafios, vem sempre responder. É um ato de coragem política. Eu não poderia deixar de vir aqui porque eu acho que o Sr. Eng. Abrunhosa Simões fica tão irritado ao ouvir os outros, é um problema normal nos sistemas ditatoriais dos regimes soviéticos e afins, mas se a conversa sai fora dos trâmites normais e dos carris que lá é usado pelos comités centrais, você ficou incomodado. Mas se não tivesse tão irritado a ouvir-me teria percebido tudo o que eu disse. O senhor não pode vir a esta assembleia onde o senhor esteve e viu com os seus olhos e ouviu com os seus ouvidos que se alguém fez uma oposição fundamentada, uma oposição balizada, uma oposição estudada acerca da municipalização da educação, que depois se veio a transformar no “Aproximar Mais”, o senhor deveria saber que eu sou um desses indivíduos. E ficava-lhe bem também volta e meia, chegar a qui e dizer “senhores do partido socialista, Paulo Seara (que até é uma redundância, Paulo Seara dá PS portanto eu até tenho dificuldade em fugir da orientação) o senhor hoje esteve muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

bem, concordo consigo”. Mas não, vem aqui fazer uma avaliação das intervenções dos outros que não é bonito, o que não melhorou sua. O senhor acha que por ter dito aqui que nós fizemos umas afirmações chatas, vazias, bacocas, não melhorou a sua. É que a sua mesmo assim ficou aquém da do José Vidal e da minha, na minha modesta opinião. -----

----- Quanto a questões de puritanismo ideológico ou das pessoas de um ou de outro partido eu gostaria de lhe dizer que não me recorde de ninguém do Partido Socialista ter sido assassinado na América Latina, não me recorde de ninguém do Partido Socialista andar a matar outras pessoas dentro do mesmo partido que pensavam de maneira diferente. E essa é a história infelizmente desgraçada do Partido Comunista.” -----

----- **Francisco Manuel Guedes Vitorino – Presidente da mesa da Assembleia:** -----

----- “Pedia só que centrasse a intervenção, tenha paciência. Sr. Deputado peço desculpa mas não pode fazer isso. Peço-lhe que não vá por aí porque senão não chegamos lá.” -----

----- Neste momento abandonou a sala o Deputado da CDU, Francisco Manuel Camossa Abrunhosa Simões, depois de algumas palavras trocadas com o Presidente da União de Freguesias de Águeda e Borralha. -----

----- **Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – Presidente da União de Freguesias de Águeda e Borralha:** -----

----- “Peço desculpa, eu não queria que o Sr. deputado do Partido Comunista fosse embora até porque, como é do conhecimento de todos, eu sou um grande debatente dos assuntos aqui e portanto gostaria de continuar a debater estes problemas.” -----

----- **Presidente da mesa da Assembleia – Francisco Manuel Guedes Vitorino:** -----

----- “Sim, mas bem que se centra no assunto em concreto, senão depois dá aso a este tipo de situação, mas tudo bem, avancemos.” -----

----- **Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – Presidente da União de Freguesias de Águeda e Borralha:** -----

----- “Lamento que ele se tenha ido embora, não era isso que eu queria. Queria só que ele ouvisse também algumas verdades, porque quando a gente ataca alguém sujeita-se sempre a ser atacado. Era isto que eu tinha para dizer.” -----

----- O Sr. Presidente da Mesa dá a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para esclarecimentos do que achar por conveniente, cuja intervenção se transcreve na íntegra. ---

----- “Só para dizer ao Partido Socialista que quem começou com os processos de transferência de competências foi um governo do Partido Socialista. Uma ministra, Maria de Lurdes Rodrigues, muito contestada pelos sindicatos, etc, mas foi ela que fez a primeira transferência de competências que eu tive a honra e o prazer de assinar e com a qual o município se deu bem. Na minha perspectiva, na perspectiva dos funcionários, dos diretores,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

de toda a comunidade educativa e não ouvi ninguém falar nessa altura em privatização da educação. Que eu saiba, até explicação mais profunda e que está fora da minha cogitação, a autarquia é um órgão público, que eu saiba! Mas pode haver aí coisas que eu já não apanhe tudo também, portanto pode ser que estejam coisas fora da minha cogitação. -----
----- Mas, aquilo que está é uma transferência de competências, que foi aqui discutida e eu não vou aqui discutir mais essa situação, para o município. Não há privatização. Nós estamos neste processo porque acreditamos que podemos fazer melhor do que tem sido feito até agora e já agora pedia ao Sr. Eng. Hilário Santos que não perguntasse em setembro, porque com estas dúvidas todas a gente não vai conseguir ter em setembro as coisas devidamente colocadas para lhe responder o que é que podemos estar a fazer melhor. Dê-nos mais algum tempinho, ok? Mas posso-lhe dizer que iremos fazer, porque uma das coisas que eu tenho gostado, aqui com a Senhora Vereadora, é ter participado nas reuniões em que nós temos tido um ambiente de grande encontro de pontos de vista e de levar um projeto pra frente com os diretores dos agrupamentos. É isto que temos tido, temos estado a trilhar caminhos e discutir problemas e é assim que vamos querer continuar. -----
----- Agora queria dizer também e porque foi aqui referido e que foi um assunto penso que ventilado que teve a ver com a extinção do 3º ciclo na Fernando Caldeira. Havia dois objetivos que eu pessoalmente, enquanto Presidente de Câmara, perseguia há muito anos, há dez anos concretamente, o encerramento da escola de Vale Domingos e o término do 3º ciclo na Escola Fernando Caldeira. E posso dizer, era matéria de quase todos os anos com tentativas de que o ministério fizesse o encerramento do 3º ciclo. Todos os anos, não havia coragem de o fazer. Quando nós tivemos oportunidade de o fazer fomos falar com as pessoas, e falamos com os senhores professores e com os diretores e tivemos uma reunião que foi muito cordial e que nos pareceu que as coisas estariam até encaminhadas no bom sentido. Porque se há uma das coisas que a câmara está habituada a fazer e nesta área da educação, nós temos encerrados muitas escolas, mudado já bastantes coisas e vocês viram tumultos por aí? Viram assim grandes movimentos? Não. Nós temos sabido dialogar com as pessoas e sabido aquilo que é entendido como sendo o melhor para as pessoas e aqui assim também sabemos que o prazo era muito curto, e era muito curto porquê? Porque no ministério para fazer descer um documento do sexto para o quinto ou do sétimo pro sexto demorou mais de dois meses. E não desceu. E é isto que nós não queremos, nós queremos trabalhar. Quando conseguimos arranjar uma solução, falámos com os senhores diretores primeiro e de seguida com os senhores professores e estávamos a pensar que teríamos uma solução consensualizada porque garantia a todos os senhores professores a manutenção dos vínculos, dos seus lugares, etc. Depois de conseguir isto iríamos falar com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

os pais das crianças e não haveria problemas. Nós não estamos a falar de mudar alunos de Águeda para Macieira de Alcôba, estamos a falar de mudar da Fernando Caldeira para a Adolfo Portela ou para a Marques Castilho. O máximo são 600 metros, 800 metros. E nós tínhamos condições para tratar destas coisas todas, mas contrariamente àquilo que esperávamos a posição dos senhores professores não foi consensual. Pareceu-nos na reunião, depois tomaram outras medidas, a partir do momento em que tomaram outras medidas, nós sentimos que um processo destes e com a urgência que tinha de ser feito se não houvesse consonância de posições não era possível de concretizar e que iria correr mal porque o processo já é complicado neste tempo, se não houver consonância, não é possível ou seria possível mas com muitas complicações e nós não estamos nisto para fazer de qualquer forma, estamos para fazer bem feito e como tal acabou de imediato essa situação e o 3º ciclo mantém-se mais um ano na Fernando Caldeira. Mas, há dez anos que não devia lá estar, na minha perspetiva. Por isso se temos alguma possibilidade e é por isso que queremos a transferência de competências. É que se achamos que está mal, vamos corrigir. E não vamos deixar andar as coisas para ver se o tempo passa, não! A educação e os alunos são de capital importância nestas coisas. -----

----- Por isso eu não tenho muito mais a esclarecer sobre aquilo que foi dito. Isto é voltarmos ao à discussão antiga. Temos uma providência cautelar que foi metida pelo Sindicato dos Professores em que eu vejo lá a defesa de alguns possíveis interesses dos senhores professores, vejo lá alguns pormenores jurídicos que sinceramente não sei qual o seu valor porque não sou jurista. Mas aquilo que me parece é que o superior interesse público é o interesse das crianças e dos jovens e por isso nós entendemos que podemos fazer melhor com as escolas, com a transferência de competências na área da educação para a Câmara de Águeda e por isso pedíamos o vosso voto favorável nesta proposta. -----

----- **Paulo Manuel Matos Soares – PSD:**-----

----- “Até foi bom que me desse a palavra a seguir ao Sr. Presidente porque eu não um apaixonado pela descentralização da educação, já nesta assembleia o referi e tomei posição sobre isso embora tenha votado favoravelmente. Votei favoravelmente porque vi... eu também podia adotar uma postura, não ter sequer intervenção nesta matéria até porque faço parte de um conselho geral exatamente em representação dos pais numa escola que, por princípio, era contra e ficaria de fora. Mas como essa escola teve uma evolução nessa posição, eu entendi que deveria acompanhar também essa evolução, que foi a evolução de não querer ficar de fora porque senão teríamos duas políticas educativas e eu achei que não seria curial. -----

----- Por outro lado, houve ao longo do percurso alguma correção, mesmo por parte dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

intervenientes governamentais que visitaram Águeda, que me descansaram sobretudo na área de não interferência na vida dos professores, nas questões pedagógicas de fundo, porque todos viemos a aprender com o processo, viemos aperceber que era uma forma do governo central poder executar melhor a sua política educativa delegando algumas competências nesta área. Desde que isso não interferisse com questões de fundo fundamentais, para mim, que é a ideia de não tornar o município um município educativo porque isso preocupa-me. Aliás eu, às vezes em reflexão sobre isto até fico admirado como é que o Partido Comunista ou as pessoas de esquerda não são a favor da municipalização. É contraditório, os tempos mudam, porque nas experiências de autarquias comunistas, Setúbal, Loures e outras, ao longo do tempo sempre houve grande intervenção nesta área por parte dos responsáveis educativos e grande trabalho. Se calhar não lhe chamavam municipalização mas tinham uma grande intervenção nas políticas públicas locais educativas. Hoje toda a gente funciona por questões partidárias e de algum campeonato de ver quem é que ganha ou quem é que perde, e eu penso que isso faz parte da discussão política em democracia e isso já foi feito. Isso já foi feito nesta área, foi tomada uma decisão em política pública que foi o município de Águeda aderir a um programa que se chama “Aproximar Educação” que por acaso foi construído como projeto piloto por este governo mas podia ter sido por outro. Obviamente que todas as políticas públicas têm em si uma opção ideológica, parece-me evidente em várias áreas e eu acho que a educação é uma área perigosa e portanto sempre tive algumas reservas em que isto fosse muito condensados os poderes na área da educação. Estou tranquilo, até porque vejo, pela grelha de responsabilidades que há uma grande repartição e há sobretudo algo que é feito em parceria, por tanto acho que pode ser um projeto útil mas também não tenho a certeza se vai funcionar, por isso é que é piloto. Vamos experimentar e ver se, desta forma, se conseguem melhores resultados. -----

----- Mas eu vinha aqui, fundamentalmente pra vos dizer uma coisa que penso nas minhas reflexões. Eu quando vi este documento de tribunal, pensei, o Mário Nogueira meteu uma ação contra mim, fiquei preocupado. Mas não foi o Mário Nogueira que meteu uma ação contra nós, na verdade o que está aqui em causa é dizer assim, a deliberação que a Assembleia Municipal tomou é ilegal. Ou que o contrato inter-administrativo é ilegal. Portanto nós passamos todos por gente que anda à margem da lei e eu senti-me ferido com isso. E senti-me ferido por uma razão fundamental e que me descansa quando leio a lei, porque a lei não é por acaso que é geral e abstrata. Nós vivemos sobre o império da lei e por isso temos liberdade senão não tínhamos. É que esta ideia de que um tribunal não pode parar uma decisão política se houver uma resolução fundamentada para sustentar essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

providência, pra mim dá-me uma alegria imensa como democrata e como político, e é nessa qualidade que eu aqui estou. Porque se eu for aduzir argumentos jurídicos, há uma coisa que me chateia muito e até na minha vida, é nas peças processuais virem argumentos políticos, as peça que vão para os tribunais. Nos tribunais não é para se fazer política, nos tribunais é para se fazer cumprir a lei, a legalidade, e os juízes devem obediência à lei. Têm que aplicar a lei. Esta ideia, por forma ínvia, como disse o Hilário, que é um direito! Toda a gente tem o direito de recorrer a providências cautelares e ir pros tribunais. Mas, começa a ser muito o hábito em Portugal, já não vou falar no Tribunal Constitucional, porque isso realmente são direitos constitucionais protegidos, porque há aqui um direito fundamental, que é as pessoas no arranque do ano letivo terem assegurada a educação. Ninguém se preocupa com isso? No dia do arranque do ano letivo, que é a questão que está em jogo na resolução que o município nos apresenta, e que aprovou por unanimidade, é dizer assim: “Há sete mil famílias que podem ficar prejudicadas no arranque do ano letivo se nós deferirmos a execução da municipalização” que foi uma medida política publica. E nós temos de nos habituar em Portugal e a nível local a ... porque isso é que é a democracia, as decisões foram tomadas as deliberações foram tomadas por maioria, quem concorda, fica satisfeito, quem não concorda tem de se sujeitar. Porque se não o regime passa a ser outro. ----- Esta é a minha convicção, venho aqui dizer-vos que graças a Deus há um alíneazinha nos códigos processuais administrativos que permite que nós através desta resolução digamos assim: “Há prejuízo grave”. Porque a resolução que é aqui trazida diz assim: “Há razões que fundamentam o diferimento da execução do contrato assinado...” protelar isto é gravemente prejudicial para o interesse público. E veem aqui as razões e eu fico tranquilo porque estão aqui as razões, não fico tranquilo antes da votação, mas tranquiliza-me que em democracia é assim que se faz. E foi a lei que permitiu que nós estejamos aqui, portanto quando as pessoas se altercam e que perdem a paciência, devem ter mais calma porque cada um tem, a sua opinião sobre esta matéria e devemos respeitarmo-nos uns aos outros e é isso que não tem acontecido. Portanto hoje não correu bem mas pronto, as pessoas podem estar mais mal dispostas e sobretudo esta falta de tolerância vinda de alguém que, noutras matérias sabemos que são altamente centralizadores. Isto é um projeto descentralizador portanto temos que dar pelo menos o benefício da dúvida a um projeto descentralizador. As pessoas que são altamente centralizadoras causam-me alguma apreensão que não gostem dos projetos descentralizadores, agora têm de cumprir a lei. Esses projetos têm de cumprir a lei. -----
----- Penso que se nós aprovarmos, acreditamos naturalmente no governo que fez as parcerias com os municípios, e não é o país todo, é uma experiência piloto. E se ela não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

resultar, como o Hilário disse e bem, as coisas retornam ao *status quo* anterior e portanto não há aqui um aligeirar de responsabilidades há uma tentativa de fazer melhor. E o Sr. Presidente da Câmara tranquilizou-me, disse assim: “ Se achamos que estão coisas mal, vamos corrigir e por isso estamos a defender o interesse público.” -----

----- Para terminar, esta ideia, lá vamos com a certa esquerda, eu sei bem o que é que o Hilário quis dizer e atenção que nós temos de respeitar o movimento sindical, não podemos é respeitar o movimento sindical que é instrumentalizado politicamente, isso é que me irrita a mim como democrata. O movimento sindical não é para ser instrumentalizado politicamente, o movimento sindical é para defender os interesses dos seus associados, mas também não pode ficar enquistado à ideia de que só pode tratar das relações laborais, é que o interesse público não é só as relações laborais, e nomeadamente a relação de emprego público porque há muita gente que não vive de emprego público, vive de emprego privado e tem uma relação contratual também. Portanto a lei é geral e abstrata e fico sempre muito preocupado quando isso não é defendido cabalmente, e quando em peças processuais se vem a falar muito no problema dos professores quando a educação, como o Presidente da Câmara disse, não são só os professores. É que são, essencialmente, os alunos.” -----

----- **Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara** – PJ Águeda e Borralha -----

-----“Quería dizer que ouvi com muita atenção o Dr. Paulo Matos sendo jurista pensei que poderia aqui acrescentar alguma coisa e não acrescentou! Porque há uma questão também interessante que é o seguinte, vamos supor que a gente alega aqui o superior interesse público e que o juiz da razão aos sindicatos. Como é que ficamos? Vira-se toda a tua teoria exatamente ao contrário! Que é curioso, que é curioso! É que nesta situação aquilo que dá para um lado dá para o outro! Eu tive o cuidado de fazer uma coisa, tive o cuidado de na minha intervenção não arrolar um único argumento, um único argumento a cerca do que aqui foi discutido! Todas as outras pessoas que aqui vieram, vieram falar da bondade ou da menos bondade do que poderá ser ou deixar de ser. Eu tive o cuidado de não fazer isso porque hoje o que aqui se está a discutir, Dr. Paulo Matos, não é o seu processo evolutivo na questão das garantias que lhe foram dada a cerca deste processo, não é a bondade do Sr. Presidente da Câmara e toda a vontade que ele tem em fazer mais e melhor pela educação! O que hoje aqui estamos a discutir é tao simplesmente uma única coisa que é o ponto único desta Assembleia! Decidir sobre o superior interesse público da continuidade deste assunto porque, e isso o Sr. Presidente da Câmara poderia me ter descansado na sua intervenção que não fez, porque todas as questões que lhe foram levantadas não respondeu a uma única! E aquilo que eu disse que pode pôr em causa o superior interesse público, e aí



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

o Sr. Dr. Paulo Matos, estou inteiramente de acordo com consigo, porque não é só os professores, e eu tive o cuidado de falar nos pais, nas famílias, que têm que ir para os seus empregos, quer sejam públicos ou privados, cumprir com as suas obrigações contratuais com a entidade patronal e querem ir descansados saber onde é que os seus filhos ficam, e se ficam a aprender! E depois de falar nos meninos falei no pessoal docente e no pessoal discente e isso é que é educação! Tudo o resto foi aquilo que eu disse, são *fait divers* e argumentações políticas que não é o tempo nem o momento para ser aqui discutido! O tempo e o momento para ser aqui discutido é se de facto no dia 21 de setembro os meninos dos treze municípios que são 10% da população, 10% das escolas, se no dia 21 e o Sr. Presidente da Câmara terá que dizer aqui, se irá haver ou não neste treze municípios! E o não haver aulas e ser posto em causa o início do ano letivo, isso é que pode pôr em causa o superior interesse público, e eu disse ao Sr. Presidente da Câmara se ele der a sua palavra de honra que no dia 21 os pais não podem estar descansados porque a escola não abre, que os professores não podem estar descansados, porque não tem o seu contrato de trabalho, e portanto não se podem apresentar na escola e que o pessoal discente também não se pode apresentar porque não está colocado, se ele disser que há essa hecatombe na escola nestes treze concelhos, então aí eu votarei ao lado do Sr. Presidente porque está em causa o superior interesse público. -----

----- A questão é que é esta a questão que é fundamental ninguém respondeu e toda a gente fugiu como se diz, pelo meio dos pingos da chuva! E a questão é que a única coisa que acontece se este processo não for para a frente é que o ano letivo começa como de há pelo menos 40 anos para cá, que sempre começou! Os professores serão colocados, os meninos estarão na escola e os funcionários estarão lá, e os Srs. Diretores das Escolas não desaprenderam de um ano para o outro como é que se inicia um ano letivos, nem o Ministério da Educação nem ninguém! E portanto o superior interesse público foi aquilo que eu aqui disse, deve ser alegado quando de facto o superior interesse público estiver em causa. Não se pode banalizar, não se pode banalizar altas figuras jurídicas, pela forma como se diz é de vital importância para um país porque queremos levar avante e porque queremos levar à frente a nossa ideia e a nossa maneira de ver as coisas! Independentemente de virem a ser muito melhor ou muito pior! Não é isso que eu estou aqui a discutir nem quero discutir isso! Quero só que me sejam dadas objetivamente a garantia de que no dia 21 este processo não avançar, que no dia 21 a escola não abre no concelho, e isso é que põem em causa o superior interesse público! Tudo o resto é uma forma igual aquela que foi aqui apelidado, que os sindicatos utilizam para levar a deles avante! Aqui é exatamente no sentido contrário, tão simplesmente isso! E portanto eu gostaria que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara nos desse aqui as garantias que no dia 21 de setembro, caso este contrato não vá para a frente, a escola não começa a funcionar em Águeda e que temos um problema de interesse público! E nesse caso eu lutarei a favor! -----

----- **Gil Nadais – Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- “Só posso dizer que cada um entende o superior interesse público da forma como quer entender! Eu já disse qual era o entendimento que tenho no interesse público e que defendo! E como tal aposto num projeto que seja diferenciador, quanto mais ao resto não me cabe, e não cabe à Câmara competências que são do Ministério! E essas nunca estão, foram propostas em causa! Aquilo que está é um projeto de cidadania, de futuro, de educação no concelho de Águeda! Vocês querem estar contra, quem está contra vota contra, quem está a favor vota a favor e a democracia faz-se assim. -----

----- Acho que esta discussão tem sido muito má, isto está a ser gravado, fica para a posterioridade todas as imagens que são aqui, acho que damos uma má imagem desta Assembleia e do que fazemos aqui para os vindores! Discutamos os problemas, peço desculpa de me estar a intrometer e passemos ao assunto! -----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Sr. Presidente da Câmara, uma chamada de atenção a esta Assembleia se estamos a portar-nos mal ou pior, não é por aí! O Sr. Presidente da Assembleia tem conseguido suster os nossos ímpetos e a Assembleia corre como corre, mal ou bem a democracia também se faz disso e desses erros e não só da imagem!-----

----- Há aqui um ponto que o Sr. Presidente da Câmara retomou, que é o ponto essencial! Não estamos a discutir e o meu camarada Paulo Seara disse e bem, foi aprovado inequivocamente este projeto e foi assinado e bem pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Executivo o contrato. Agora não podemos ouvir o Dr. Paulo Matos, um ilustre jurista da nossa praça estar contra a lei! Dr. Paulo Matos a lei diz isto, o juiz não aceitou só por sim, o juiz teve que achar alguns fundamentos jurídicos e vossa excelência saberá melhor que eu, para que pusesse esta questão à Câmara! E a Câmara até poderia ter respondido em tempo, não o fez! Então como não o fez arranjou esta artimanha que é uma artimanha legal, que é uma artimanha que o Ministério utiliza tal como os sindicatos utilizam a lei, o Ministério utiliza a lei! E a lei diz que temos nós que em fim de linha decidir uma questão que pode ter sido por um sindicato mas podia ser pelo zé da esquina, podia ser uma pessoal qualquer deste País a interpor uma providencia cautelar e o juiz aceitar a razoabilidade da mesma atenção que nós estamos a falar de lei e isto é para nós e para o Sr. Presidente da Câmara, o que eles alegaram são questões legais jurídicas que até o juiz achou que poderiam ter eventualmente algum fundamento e que eu pelo menos não sei se tem ou não, não é por aí



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que discuto! A lei é a lei, é assim, podia ser uma pessoal qualquer, por acaso é o sindicato, poderia ser qualquer outra situação! -----

----- O ponto que realmente se põe aqui é aquele de que o Paulo Seara falou! Há interesse público ou não? E aí o Sr. Presidente da Câmara refugiou-se “quero ver isto aprovado”, “quero ir para a frente”, já foi aliás aprovado, eu não quero ver! Foi aprovado nesta Assembleia! Quero pôr em prática independentemente da ilegalidade do contrato, e a ilegalidade do contrato só é vista posteriormente pelo tribunal. Sr. Presidente da Câmara acha que é urgente ser já, agora, em vez de ser daqui a seis meses quando o tribunal decidir, que é mais o menos o prazo, entre três a seis meses que há decisão da providência cautelar. Sr. Presidente da Câmara acha que daqui a seis meses já prejudica muito? E acha porquê? Porque põe em causa o arranque do ano letivo, só pode assim! Tudo o que foi aqui alegado nada disto põe em causa o arranque do ano letivo pode realmente criar problemas, transferência de verbas para funcionários, salários, é um problema grave! Mas é uma questão simplesmente administrativa mas poderá criar aqui o problema. Não há problema nenhum com abertura do ano letivo, não há problema nenhum com nenhuma destas sete situações que estão aqui alancadas, nem que fique no ministério durante mais uns meses nem nada. Em três a seis meses a providência é decidida e portanto não há problema nenhum até para a continuidade deste projeto Sr. Presidente da Câmara! O que nós estamos a discutir não é a validade, que tem a sua validade, que já foi aprovado que o contrato está mas que deve ser expurgado das ilegalidades que, segundo as pessoas que o interpuseram têm e segundo o juiz são fundamentadas, se não não tinha aceite a providência em si! O que nós estamos aqui a discutir não é a validade do projeto piloto, estamos só a sua suspensão e se a suspensão prejudica o arranque do ano letivo que ninguém respondeu, não há prejuízo pelo aquilo que se percebe que é o funcionamento atuais não há nenhum prejuízo e os alunos, com uma situação ou outra, se no ministério não quiser fazer a mesma trapalhada do ano passado, com uma situação ou outra os alunos em Águeda terão aulas no dia 21 e terão professores, funcionários e tudo decorrerá normalmente! É isto que se decide aqui, é isto que é definição de interesse público, não é o interesse público de projeto que esse tem e tem o nosso avale, a nossa Assembleia, não o meu que eu votei contra, mas o nossa Assembleia tem esse avale, é só simplesmente uma suspensão temporária até a ilegalidade consequente o impedir e tornar inválido ou a ilegalidade ser sanada e ele ser válido e daqui a seis meses retomar o seu processo normal.

----- Era só esta situação! Obrigado!” -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aprovou por maioria com 19 votos a favor, 4 votos contra e 4 abstenções, a Proposta da Câmara Municipal de **resolução fundamentada para a providência cautelar que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, Unidade Orgânica 1, sob o Processo 680/15.2BECVR** -----

----- E nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pelas vinte e duas horas e cinquenta minutos, do dia dezanove de agosto de dois mil e quinze, deu por encerrados os trabalhos desta sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na Sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa. -----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: